

Qualidade e Políticas Públicas na Educação

Marcia Aparecida Alferes
(Organizadora)

 **Atena**
Editora

Ano 2018

Marcia Aparecida Alferes
(Organizadora)

Qualidade e Políticas Públicas na Educação

Atena Editora
2018

2018 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

Q1	Qualidade e políticas públicas na educação / Organizadora Marcia Aparecida Alferes. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2018. – (Qualidade e Políticas Públicas na Educação; v. 1) Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-85107-96-3 DOI 10.22533/at.ed.963181912 1. Avaliação educacional. 2. Educação e estado. 3. Escolas públicas – Organização e administração. 4. Professores – Formação. I. Alferes, Marcia Aparecida. II. Série. CDD 379.81
----	---

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

DOI O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2018

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

O volume 1 da obra “Qualidade e Políticas Públicas na Educação” aborda uma série de capítulos sobre Políticas Públicas para a Educação.

As políticas públicas são um conjunto de opções coletivamente que se destacam na sociedade, que se associam a decisões adotadas pelos governantes e implementadas pelos Estados. Deste modo, podemos compreender que o Estado é o ente que faz, executa e garante que a lei seja colocada em prática.

As políticas educacionais são decisões e ações estatais de caráter educacional, visando atender as necessidades e interesses da sociedade. As políticas públicas para a educação ou políticas educacionais são expressas na legislação educacional.

Alguns dos assuntos abordados nos capítulos foram: reforma do ensino médio, escola de tempo integral, financiamento da educação, diversidade, gestão, entre outros. Os assuntos foram implementados a partir de programas e projetos, para elevar a qualidade do ensino, da aprendizagem, e em alguns casos, da empregabilidade de jovens e adultos.

Nesse sentido, as políticas públicas para a educação têm um papel importante, pois elas emanam das necessidades da sociedade e são colocadas em prática através de ações, que tem por finalidade melhorar a educação e diminuir as desigualdades sociais em todo o Brasil.

Marcia Aparecida Alferes

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A AGENDA DOS ORGANISMOS INTERNACIONAIS TRANSPLANTADAS NAS POLÍTICAS AVALIATIVAS	
<i>Luziane Said Cometti Lélis</i>	
<i>Dinair Leal da Hora</i>	
DOI 10.22533/at.ed.9631819121	
CAPÍTULO 2	12
A COMPREENSÃO DOS PROFESSORES DE ESCOLAS PÚBLICAS ACERCA DA PROGRESSÃO CONTINUADA	
<i>Gilvânia Guedes Teixeira</i>	
<i>Horácio Medeiros Júnior</i>	
<i>Vânia Aparecida Calado</i>	
DOI 10.22533/at.ed.9631819122	
CAPÍTULO 3	22
A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS COMO DIREITO HUMANO: UMA LEITURA A PARTIR DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DO BRASIL	
<i>Ana Maria Maciel Rinaldi</i>	
<i>Kelci Anne Pereira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.9631819123	
CAPÍTULO 4	30
A EDUCAÇÃO INTEGRAL NO ESTADO DE MINAS GERAIS: ANÁLISE DA POLÍTICA	
<i>Jaqueline de Sousa Batista Figueiredo</i>	
<i>Luis Enrique Aguilar</i>	
DOI 10.22533/at.ed.9631819124	
CAPÍTULO 5	47
A EJA EM DOCUMENTOS LEGAIS: UM RECORTE DE 2001 A 2016	
<i>Greicimara Vogt Ferrari</i>	
<i>Ana Paula Colares Flores Moraes</i>	
DOI 10.22533/at.ed.9631819125	
CAPÍTULO 6	55
A EVASÃO E O SISTEMA DE SELEÇÃO UNIFICADA (SISU): REFLEXÕES NO CONTEXTO DA POLÍTICA DE DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO À EDUCAÇÃO SUPERIOR	
<i>Janete dos Santos</i>	
DOI 10.22533/at.ed.9631819126	
CAPÍTULO 7	64
A EXPANSÃO DOS INSTITUTOS DE ENSINO SUPERIOR PRIVADOS E AS TRANSFORMAÇÕES NO TRABALHO DOCENTE	
<i>Janaina de Oliveira</i>	
<i>Natalia Maria Casagrande</i>	
<i>Diego José Casagrande</i>	
DOI 10.22533/at.ed.9631819127	

CAPÍTULO 8 76

A IDENTIDADE PROFISSIONAL DO PROFESSOR DE MATEMÁTICA: CONSIDERAÇÕES ACERCA DAS INFLUÊNCIAS DAS REFORMAS EDUCACIONAIS

Julyette Priscila Redling
Renata Cristina Geromel Meneghetti

DOI 10.22533/at.ed.9631819128

CAPÍTULO 9 89

A MATERIALIZAÇÃO DO ENSINO PROFISSIONALIZANTE EXPRESSO NA LEI 5.692/1971 NO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ/RN

Tainá da Silva Bandeira
Antonio Basilio Novaes Thomaz de Menezes

DOI 10.22533/at.ed.9631819129

CAPÍTULO 10 99

A REFORMA EDUCACIONAL NO BRASIL COMO REFLEXO DA REESTRUTURAÇÃO CAPITALISTA GLOBAL

Hildo Cezar Freire Montysuma
Eilizabeth Miranda de Lima

DOI 10.22533/at.ed.96318191210

CAPÍTULO 11 111

A RELAÇÃO ENTRE FUNDEB, MATRÍCULAS, CUSTO ALUNO E PSPN: O CASO DA REDE ESTADUAL DE ENSINO DO RIO GRANDE DO NORTE (2008-2014)

Amilka Dayane Dias Melo Lima
Fádyla Késsia Rocha de Araújo Alves

DOI 10.22533/at.ed.96318191211

CAPÍTULO 12 125

A TRAJETÓRIA DE LEGITIMAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS DA EDUCAÇÃO

Leandro Aparecido de Souza
Alberto Albuquerque Gomes

DOI 10.22533/at.ed.96318191212

CAPÍTULO 13 132

ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO ESCOLAR: CONTRIBUIÇÕES PARA A CRÍTICA AOS PROCESSOS DE DOMINAÇÃO DO CAPITAL NO CONTEXTO DA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA

Rubens Luiz Rodrigues

DOI 10.22533/at.ed.96318191213

CAPÍTULO 14 146

ANÁLISE DE EVIDÊNCIAS DE VALIDADE DO INDICADOR DO NÍVEL SOCIOECONÔMICO DAS ESCOLAS

Girlene Ribeiro de Jesus
Renata Manuely de Lima Rêgo
Victor Vasconcelos de Souza

DOI 10.22533/at.ed.96318191214

CAPÍTULO 15 153

APROVAÇÃO DOS PLANOS DE EDUCAÇÃO POR ESTADOS E MUNICÍPIOS E OS DESAFIOS PRESENTES NO CENÁRIO NACIONAL

Edson Ferreira Alves

DOI 10.22533/at.ed.96318191215

CAPÍTULO 16	169
AS POLÍTICAS AFIRMATIVAS PARA OS INDÍGENAS NA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO MUNICÍPIO DE DOURADOS - MS	
<i>Maurício José dos Santos Silva Eugenia</i>	
<i>Portela de Siqueira Marques</i>	
DOI 10.22533/at.ed.96318191216	
CAPÍTULO 17	181
AS POLÍTICAS PÚBLICAS E O PROGRAMA DE FORMAÇÃO DOCENTE EM NÍVEL SUPERIOR DO PRONERA	
<i>Rodrigo Simão Camacho</i>	
DOI 10.22533/at.ed.96318191217	
CAPÍTULO 18	192
AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS NAS FLORESTAS DO MARAJÓ/PA: REFLEXÕES SOBRE AS PESQUISAS REALIZADAS PARA O ENTENDIMENTO DAS REFORMAS EDUCACIONAIS E A ORGANIZAÇÃO DOS SISTEMAS DE ENSINO NOS MUNICÍPIOS MARAJOARAS	
<i>Alexandre Augusto Cals e Souza</i>	
DOI 10.22533/at.ed.96318191218	
CAPÍTULO 19	205
AVANÇOS E CONTRADIÇÕES NOS PROCESSOS DE MATERIALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS DE VALORIZAÇÃO DA CARREIRA DOCENTE	
<i>Luiz Carlos Lückmann</i>	
<i>Éden Luciana Böing Imhof</i>	
DOI 10.22533/at.ed.96318191219	
CAPÍTULO 20	221
CONDIÇÕES DE QUALIDADE DAS REDES MUNICIPAIS DE ENSINO FUNDAMENTAL NO BRASIL	
<i>Marcus Quintanilha da Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.96318191220	
CAPÍTULO 21	238
CULTURA E EDUCAÇÃO: ASPECTOS ETNOGRÁFICOS SOBRE A CULTURA DE GANZA	
<i>Tereza de Fatima Mascarin</i>	
DOI 10.22533/at.ed.96318191221	
CAPÍTULO 22	244
CURRÍCULO DO ESTADO DE SÃO PAULO; O DITO PELO NÃO DITO?	
<i>Célia Maria David</i>	
DOI 10.22533/at.ed.96318191222	
CAPÍTULO 23	249
DESAFIOS EM AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NA AGENDA POLÍTICA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO COM O PAR (2007-2010) EM MOSSORÓ	
<i>Marcos Torres Carneiro</i>	
<i>Maria Aparecida de Queiroz</i>	
DOI 10.22533/at.ed.96318191223	
CAPÍTULO 24	253
DESIGUALDADES SOCIOESPACIAIS E EDUCACIONAIS: UMA ANÁLISE A PARTIR DA POLÍTICA DE ZONEAMENTO ESCOLAR EM RIO BRANCO – AC	
<i>Lucilene Ferreira de Almeida</i>	
DOI 10.22533/at.ed.96318191224	
SOBRE A ORGANIZADORA	266

CONDIÇÕES DE QUALIDADE DAS REDES MUNICIPAIS DE ENSINO FUNDAMENTAL NO BRASIL

Marcus Quintanilha da Silva

Universidade Federal do Paraná

Curitiba - Paraná

RESUMO: O presente trabalho apresenta alguns resultados da dissertação de mestrado do autor, que analisou o panorama das condições de qualidade de oferta do Ensino Fundamental no Brasil, delimitando a análise para os anos iniciais do EF das redes municipais. A metodologia de base fundamentou e analisou os resultados do Índice de Condições de Qualidade e seus indicadores parciais, referente às Condições do Professor, Materiais da Escola e de Gestão, fomentados pelos questionários de contexto da edição de 2013 da Prova Brasil. Evidenciou-se a desigualdade nas condições de oferta e a relação direta de baixas (ou altas) mensurações com sua localização estadual, com condições de qualidade inferiores nas regiões Norte e Nordeste, ainda que derivem de variáveis diversas.

PALAVRAS-CHAVE: Condições de Qualidade; Ensino Fundamental; questionários de contexto; Políticas Educacionais; Prova Brasil.

ABSTRACT: The present study presents some results of the author 's master' s thesis, which analyzed the panorama of the conditions of supply quality of primary education in Brazil,

delimiting the analysis for the initial years of the EF of the municipal networks. The basic methodology grounded and analyzed the results of the Quality Conditions Index and its partial indicators, referring to the Conditions of the Teacher, School Materials and Management, fomented by the context questionnaires of the 2013 edition of Prova Brasil. The inequality in supply conditions and the direct relationship of low (or high) measurements with their state location, with lower quality conditions in the North and Northeast regions, although deriving from different variables, were evidenced.

KEYWORDS: Quality Conditions; Elementary School; context questionnaires; Educational Policies; Evaluation Brazil.

1 | INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas o debate sobre a universalização do ensino na educação básica tem dialogado com outro elemento de importância na efetividade das políticas educacionais, as condições da oferta. Esse artigo vem ao encontro de tal temática, haja vista que a análise das condições de estrutura material, de trabalho docente e de gestão da escola/sistema que um determinado conjunto de escolas reúne para ofertar a vaga são

algumas das premissas fundamentais para o desenvolvimento do processo de ensino aprendizagem e, conseqüentemente, uma trajetória escolar de sucesso.

Nesse sentido, o presente trabalho, que reúne alguns resultados da dissertação de mestrado deste autor, teve como objetivo mapear e analisar as condições de qualidade da oferta educacional dos anos iniciais do Ensino Fundamental das redes municipais do Brasil. Utilizando como metodologia de base o Índice de Condições de Qualidade (ICQ), construído pelo NuPE (Núcleo de Políticas Educacionais da Universidade Federal do Paraná), proveniente de um programa de pesquisa maior, intitulado “Qualidade no ensino fundamental: uma leitura das condições de efetividade dos sistemas estaduais e municipais de ensino a partir de indicadores de financiamento, condições de oferta e resultados escolares”, surgiu como uma possibilidade de avaliação da efetividade da ação pública em termos de políticas educacionais. Além disso, o Nível de Condições de Qualidade (NCQ), constitui-se, para esta pesquisa, em uma ferramenta de aprofundamento da análise dos dados quantitativos, objetivando resultados qualitativos. A ausência de um panorama proposto, o percurso individual da pesquisa e a possibilidade de trabalhar a avaliação educacional no contexto das condições de oferta justificaram a construção do trabalho.

Os dados trabalhados pela pesquisa foram provenientes dos questionários de contexto da Prova Brasil de 2013, dos quais, três alimentaram os indicadores parciais do ICQ, os destinados às professoras/es de Língua Portuguesa e Matemática dos 5ºs anos avaliados fomentaram o Índice de Condições do Professor (ICP), os respondidos pelos aplicadores/as da avaliação para o Índice de Condições Materiais da Escola (ICME) e os que ficaram a cargo dos diretores/as foram destinados a fomentar o Índice de Condições de Gestão (ICG).

Nesse sentido, o presente artigo se estrutura da seguinte forma: a) descrição de metodologia e referencial teórico de base para o Índice de Condições de Qualidade e seus indicadores parciais; b) panorama das condições de qualidade da oferta educacional dos anos iniciais do EF; c) análise da desigualdade de CQ com base no Nível de Condições de Qualidade; d) perspectiva de mesmos ICQs indicarem condições de qualidade diferentes e; e) conclusões da pesquisa.

2 | METODOLOGIA

Dourado, Oliveira e Santos (2007) propõe um percurso ideal para a consolidação da aprendizagem com qualidade, baseada nas tríade insumos-processos-resultados. Nesse sentido, os autores entendem que as condições ideais para um processo que culmine em uma oferta de ensino de qualidade deveriam ser perpassadas por um caminho que envolvesse financiamento, condições de oferta no processo de ensino aprendizagem e resultado de sucesso escolar, entendida por esta pesquisa como

caminho fundamental na efetividade da política educacional.

Com base em documentos de instituições nacionais e internacionais, os autores elencam as condições primárias que impactam na oferta de ensino com qualidade: a) salas de aula adequadas com a etapa/modalidade e idade; b) ambiente escolar adequado para lazer, recreação, prática de esportes e reunião com a comunidade escolar; c) equipamentos eletrônicos adequados e em quantidade necessária, assim como bibliotecas, acervos *online*, laboratórios de ensino, informática, etc.; d) serviços de apoio pedagógico e adaptação aos estudantes com deficiência, e; e) ambiente seguro e voltado para uma cultura de paz.

Utilizou-se parcialmente, como teoria de base do indicador, o conceito de educação com qualidade social. Na perspectiva da pesquisa, adota-se a definição de Almeida (2004), em que a educação com qualidade social “precisa considerar as necessidades das camadas que frequentam a escola pública a partir da realidade sociocultural”. Para atender a esse propósito, “há que se garantir a universalização do acesso à escola básica, sua gratuidade e um ensino de alto nível como direito dos cidadãos e dever do Estado”. Para Silva (2009), o termo engloba não só fatores extraescolares como intraescolares. A esse despeito, as condições de qualidade trabalhadas nessa pesquisa, aliada a outros aspectos não trabalhados no limite da metodologia, se encaixam na perspectiva do referido conceito, também proposto por Dourado, Oliveira e Santos (2007).

Com base em uma educação de qualidade, Dourado, Oliveira e Santos (2007) evidenciam alguns elementos para pensar em uma escola com qualidades fundamentais, aqui entendida como condições de qualidade, fatores importantes no que diz respeito à condição da oferta. Ainda que os autores elenquem outras questões importantes como número de alunos por turma e diferenciação de acordo com a etapa/modalidade de ensino, dedicação exclusiva do docente à uma escola, hora-atividade, entre outras, o recorte desta pesquisa enfatizou os seguintes aspectos:

- a) As condições materiais da escola, o que inclui salas adequadas, ventiladas, iluminadas, assim como equipamentos e ambiente escolar adequado às práticas escolares;
- b) O tipo e as condições de gestão, privilegiando a relação com a comunidade e, conseqüentemente, a democracia nas escolas com a participação de todos nos processos decisórios das instituições;
- c) As condições de trabalho docente na escola, pautadas na formação dos professores, em salários dignos, planos de carreira, assim como experiência profissional e formas de ingresso.

A metodologia do trabalho, com base no ICQ, constituiu basicamente de 12 variáveis, divididas em três indicadores parciais, o ICP (Índice de Condições do Professor), ICME (Índice de Condições Materiais da Escola) e o ICG (Índice de Condições de Gestão). A figura abaixo auxilia no entendimento da dinâmica do indicador.

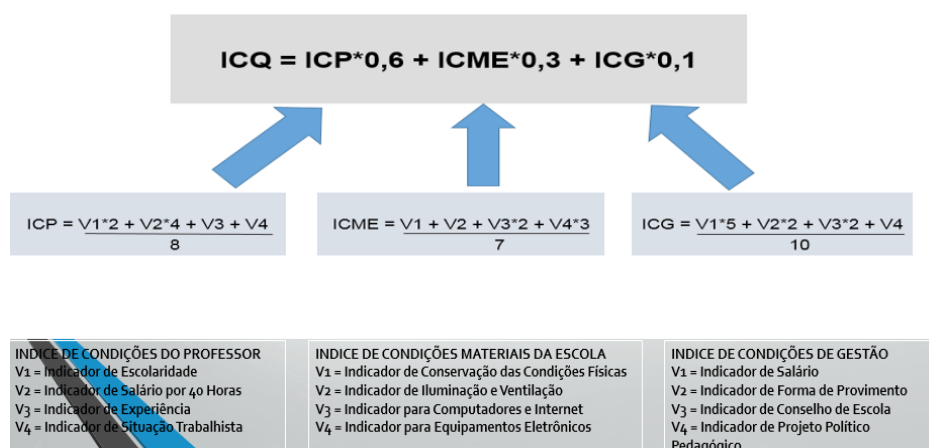


Figura 1 – Formulação do ICQ

Fonte: Silva (2017).

A pesquisa não formulou o referido indicador, descrito em Gouveia, Souza e Schneider (2011), mas, para o caso desse estudo, algumas alterações foram realizadas para que pudessem atender a objetivos específicos e resposta a algumas hipóteses. A descrição da metodologia trabalhou cada variável, fomentada por respostas dos questionários de contexto da Prova Brasil de 2013, em particular aos destinados a professores/as de Língua Portuguesa e Matemática das turmas avaliadas (ICP), dos aplicadores/as da avaliação (ICME) e dos diretores/as (ICG). A tabela abaixo elenca, por indicador parcial, a quantidade de perguntas utilizadas por questionário para o fomento dos mesmos.

Variáveis do ICP	Perguntas utilizadas	Variáveis do ICME	Perguntas utilizadas	Variáveis do ICG	Perguntas utilizadas
V1	2	V1	13	V1	1
V2	2	V2	2	V2	1
V3	1	V3	5	V3	1
V4	1	V4	7	V4	1

Tabela 1 – Quantidade de perguntas utilizadas dos questionários de contexto da Prova Brasil de 2013 para cada variável de cada indicador parcial

Fonte: Silva (2017), Inep (2013). Dados Trabalhados pelo autor (2017).

Em cada variável, a descrição da metodologia consistiu em dialogar com a literatura acadêmica, no sentido de enfatizar a importância da mesma nas condições de qualidade na oferta educacional. Nas condições do professor, a literatura acadêmica (DOURADO; OLIVEIRA; SANTOS, 2007; CARISSIMI, 2010; LIMA, 2012; BARBOSA, 2014; MOREIRA; SILVA, 2011), e os dispositivos legais, como a Lei n. 11.738/08, o atual Plano Nacional de Educação, através da Lei n. 13.005/14, entre outras, auxiliaram no entendimento da importância das variáveis no ICP.

Para o ICME, os trabalhos relacionados às condições materiais da escola de Schneider (2010, 2014) e as reflexões de Dourado, Oliveira e Santos (2007), além do conceito de educação com qualidade social parcialmente adotado, trabalhado por Almeida (2004), Silva (2009) e Dourado, Oliveira e Santos (2007), se constituíram em literatura de base para a referida dimensão.

Em relação às condições de gestão, os trabalhos de Souza et Al. (2005), Souza (2007, 2009), Dourado (2000), Dourado et Al. (2006), Alves (2011), Bezerra (2009) e Silva (2012), foram subsídio para o diálogo acima mencionado.

O cálculo de cada variável foi gerado por escola, com uma mensuração de 0 a 1, e a média das variáveis das escolas municipais geraram o ICQ por rede municipal, que também tem variação numérica de 0 a 1. As quantificações de cada opção de resposta das variáveis seguiram a metodologia de construção proposta em Gouveia, Souza e Schneider (2011), com algumas mudanças, necessidade citada anteriormente, seja pela maior opção de respostas das perguntas no comparativo de 2011 e 2013, ou pela adequação, no caso do Indicador de Salário por 40 Horas do ICP, para possível comparação com o Indicador de Salário do Diretor, variável do ICG que trabalha com a remuneração dos dirigentes.

A análise dos dados exposta nesse artigo organizou, inicialmente, as médias das redes municipais por estado. Posteriormente, formulou-se uma categorização com base nos resultados estatísticos, denominada Nível de Condições de Qualidade (NCQ). A exploração dessa categoria, em quatro níveis diferenciados, Insuficiente, Regular, Bom e Ótimo, permitiu trabalhar as localizações das redes municipais com maiores e menores ICQ no país, além de explorar o sentido do resultado numérico do referido indicador. A seção seguinte trabalha com o panorama dos resultados das redes municipais de ensino agregadas por estado, caracterizando a desigualdade em termos de condições de qualidade na oferta educacional na delimitação proposta pela pesquisa.

3 | PANORAMA DAS CONDIÇÕES DE QUALIDADE DA OFERTA EDUCACIONAL NO BRASIL

A análise dos resultados foi permeada por objetivos específicos, que visavam a discussão do papel atual do Estado Regulador e Avaliador, o percurso das avaliações de larga escala e do Ideb (*Índice de Desenvolvimento da Educação Básica*), além dos seus limites enquanto mensurador da qualidade da educação do Ensino Fundamental. Além disso, a descrição de metodologia e o diálogo com a literatura acadêmica acerca da importância das suas variáveis nas condições de qualidade da oferta educacional, aliado às análises dos resultados com base no ICQ complementaram tais objetivos. A análise de dados conseguiu reunir 4600 redes municipais, com um percentual de

pouco mais de 21% das escolas administradas pelos municípios no país. O mapa a seguir traduz os resultados gerais do panorama das condições de qualidade no país.

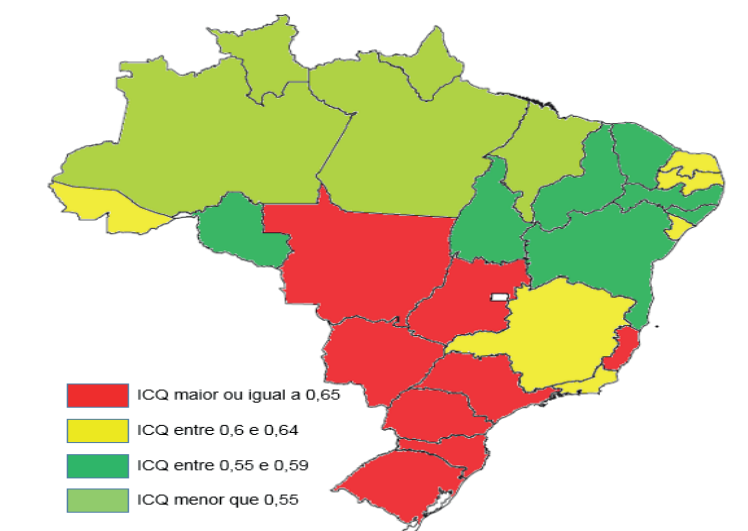


Figura 2 – Mapa das condições de qualidade no Brasil - 2013

Fonte: Silva (2017).

Percebe-se que as melhores condições de qualidade avaliadas pelo indicador de base se concentraram nas regiões Centro Oeste, Sul e Sudeste. Os casos de exceção, Rio de Janeiro e Minas Gerais, em uma segunda faixa quantitativa, se devem às condições do professor, em particular os salários, e à desigualdade estadual, no segundo caso, haja vista que o norte do estado mineiro tem uma característica socioeconômica bastante inferior ao restante do território estadual. Quando se desagregam as redes municipais por quartis, o cenário desenhado no comparativo do primeiro ao quarto quartil é bem definido, conforme gráfico abaixo.

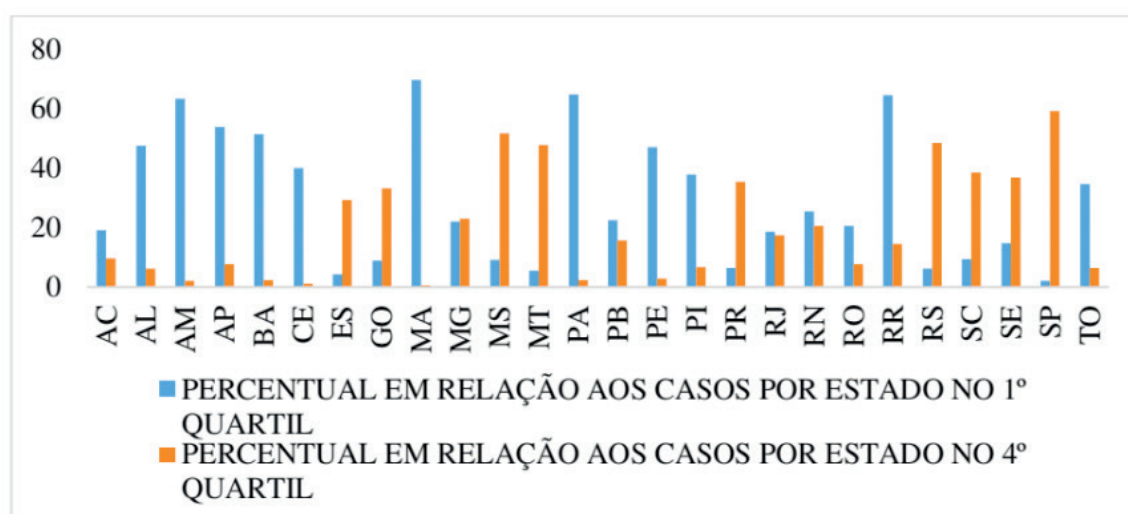


Gráfico 1 – Comparativo percentual de ICQ dos casos do primeiro e do quarto quartil por estado – 2013

Fonte: Silva (2017).

As redes municipais dos estados do Nordeste e do Norte concentram seus casos no primeiro quartil, cenário oposto ao das demais macrorregiões brasileiras. Exceção se dá ao estado do Sergipe, com um resultado de suas redes municipais diferenciado dos demais estados nordestinos, e, em menor escala, a Paraíba, o Rio Grande do Norte e o Acre. O mapa abaixo traz o panorama do ICP, que explica o caso do Sergipe.

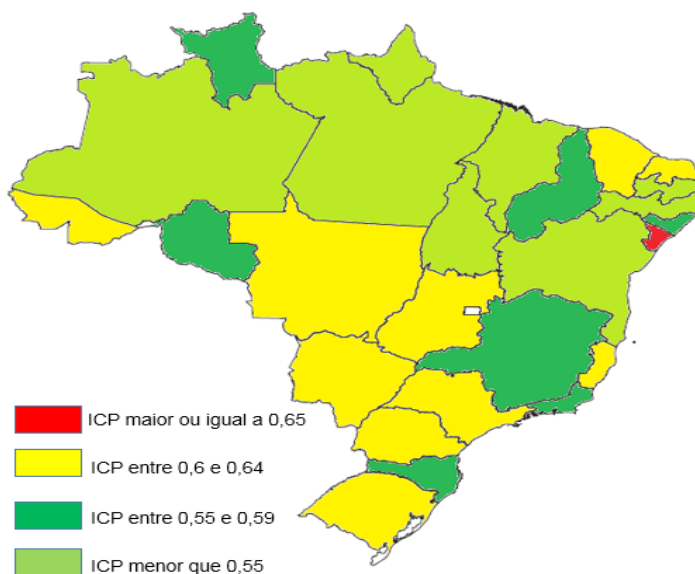


Figura 3 – Mapa das condições do professor no Brasil - 2013

Fonte: Silva (2017).

Já enfatizado anteriormente, o estado do Sergipe, no seu conjunto de redes municipais, teve nessa dimensão um resultado interessante, maior que redes municipais de maior arrecadação e potencial de investimento. Entretanto, a faixa amarela indica que a concentração de melhores resultados continuou a predominar nos estados das regiões Centro Oeste, Sul e Sudeste. Os casos de Santa Catarina, Minas Gerais e Rio de Janeiro, em uma terceira faixa quantitativa, são provenientes de baixos salários, para o primeiro estado, de baixas condições do professor a um terço das redes municipais, no segundo caso, e resultados incipientes em todas as variáveis no terceiro caso. Na dimensão das condições materiais da escola, o cenário continua a ser bem definido territorialmente, com redes municipais nordestinas e nortistas com menores resultados.

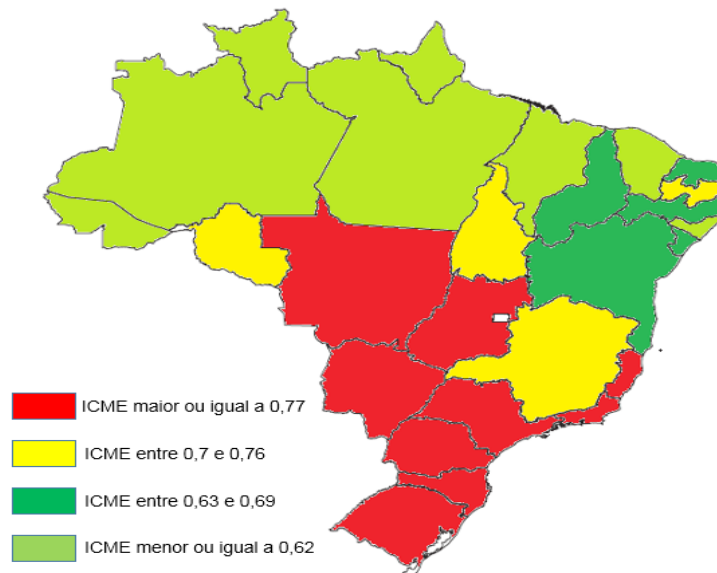


Figura 4 – Mapa das condições materiais da escola no Brasil - 2013

Fonte: Silva (2017).

O mapa evidencia melhores condições materiais em redes municipais de maior arrecadação e potencial de investimento. Os indicadores de Iluminação e Ventilação, Equipamentos Eletrônicos e Computadores e Internet, apresentaram grande variação, inclusive intraestaduais. Entretanto, a diferença do panorama das regiões Norte e Nordeste em relação às demais evidencia a necessidade de investimento em modernização e condições mínimas de infraestrutura nas instituições de ensino. O panorama com maior diversidade de resultados foi o das condições de gestão. O mapa abaixo traz um perfil nacional em relação ao ICG, agregados por estado.

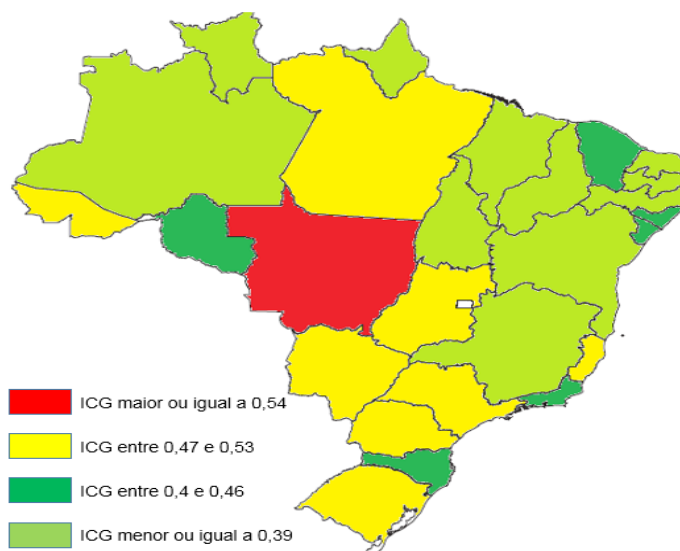


Figura 5 – Mapa das condições de gestão no Brasil – 2013

Fonte: Silva (2017).

Ainda que o estado do Mato Grosso, destaque em todas as dimensões do ICQ,

tenha um resultado bem acima dos demais no ICG, as condições de gestão ainda se concentraram nos estados das regiões Centro Oeste, Sudeste e Sul. Considerou-se, para análise e formulação do ICQ, que a gestão perpassa por todas as demais CQ. Nesse sentido, o peso 1 dado ao ICG não se justifica por ter menos importância, mas pelo entendimento que ele também se mensura nas condições materiais da escola e do professor. Além disso, as correlações de Pearson entre as proficiências *são maiores nas demais dimensões e, como esse foi um dos critérios quantitativos para a formulação do indicador, o peso menor para o ICG também se justifica pela formulação do ICQ.*

As condições de gestão tiveram grande variação nos indicadores que trabalharam a gestão democrática, Indicador de Forma de Provimento, com grande quantidade de diretores/as indicados ao cargo, Indicador de Conselho de Escola, com uma série de redes municipais sem a presença de colegiados ou com reuniões esporádicas, e o Indicador de Projeto Político Pedagógico, onde a construção do documento se deu em boa parte dos casos de forma pouco democrática.

A seguir, trabalha-se a categorização do *Nível de Condições de Qualidade* (NCQ), metodologia empregada utilizando os dados estatísticos da pesquisa, para que, dentro de cada conjunto de redes municipais, pudessem trabalhar similaridades e localizar as mesmas no território nacional, além do aspecto de desigualdade em CQ.

4 | NÍVEL DE CONDIÇÕES DE QUALIDADE E A DESIGUALDADE DAS CONDIÇÕES DE OFERTA

O NCQ foi trabalhado para os dados da dissertação de forma a refinar o tratamento de dados e trazer resultados qualitativos acerca do panorama proposto pelo objetivo da pesquisa. A construção da escala consistiu em multiplicar o desvio padrão por 2 e, com base na média, somar ou diminuir o referido resultado, aferindo faixas de intervalo, compondo um cenário de análise para os dados de 2013 e, conseqüentemente, da desigualdade nas condições de qualidade das redes municipais analisadas. Com base na média nacional do ICQ, o cálculo da categorização será realizado da seguinte maneira:

$$[ICQs] = MICQb - 2 * DPMICQ$$

$$[ICQs] = MICQb + 2 * DPMICQ$$

Onde:

[ICQs] = Intervalos do ICQ entre regular no cálculo de subtração e bom no cálculo de adição, subdivididos pela média

MICQb = Média do ICQ no Brasil em 2013

DPMICQ = Desvio padrão da média do ICQ em 2013

Nesse cálculo, as condições de qualidade das redes municipais foram categorizadas em quatro faixas, conforme tabela abaixo:

Categorias	Nível	Intervalo
Insuficiente	1	Abaixo ou igual a 0,4332
Regular	2	Entre 0,4332 e 0,6102 inclusive
Bom	3	Entre 0,6102 e 0,7872 inclusive
Ótimo	4	Acima de 0,7872

Tabela 2 – Níveis de Condições de Qualidade por intervalos numéricos - 2013

Fonte: Silva (2017).

Elencadas as quatro categorizações, o objetivo desse recorte de análise foi localizar aonde estão as redes municipais em cada categoria. Para isso, foi realizado o cotejo dos dados de quantidades de redes municipais de ensino por estado com o percentual de municípios por estado por categoria. Posteriormente, foi agregado em metodologia análoga olhando para as macrorregiões brasileiras. A tabela abaixo distribui quantitativamente as redes municipais em cada nível.

NCQ	Quantitativo de redes municipais	Percentual total da amostra
Insuficiente	125	2,7
Regular	2150	46,7
Bom	2245	48,8
Muito Bom	80	1,7
Total	4600	100,0

Tabela 3 – Distribuição por frequência em Níveis de Condições de Qualidade - 2013

Fonte: Silva (2017).

O gráfico a seguir apresenta, baseado na categorização do NCQ, como se distribuem as redes municipais em suas condições de qualidade em cada nível.

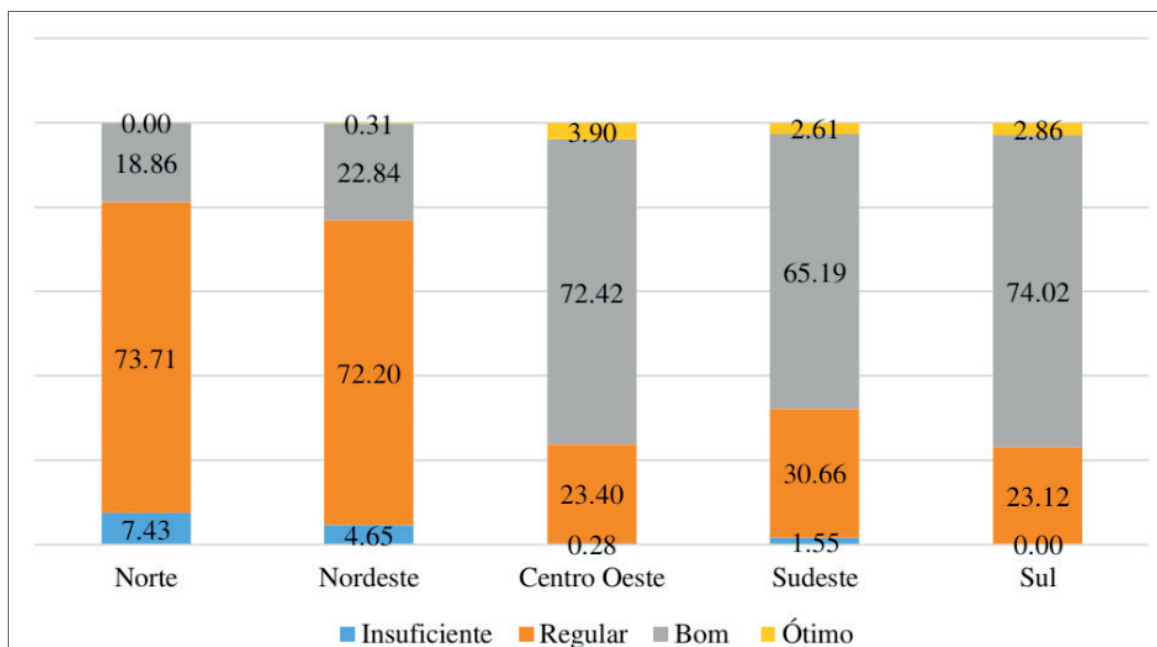


Gráfico 2 – Distribuição percentual regional das redes municipais por NCQ – 2013
 Fonte: Silva (2017).

O gráfico evidencia o papel de desigualdade regional em termos de condições de qualidade. Redes municipais das regiões Norte e Nordeste tem maior frequência de resultados, em termos percentuais, nos níveis Insuficiente e Regular, panorama oposto às demais macrorregiões.

Os gráficos posteriores auxiliam no entendimento que, dentro dos estados de cada região, a desigualdade, com poucas exceções, se manteve.

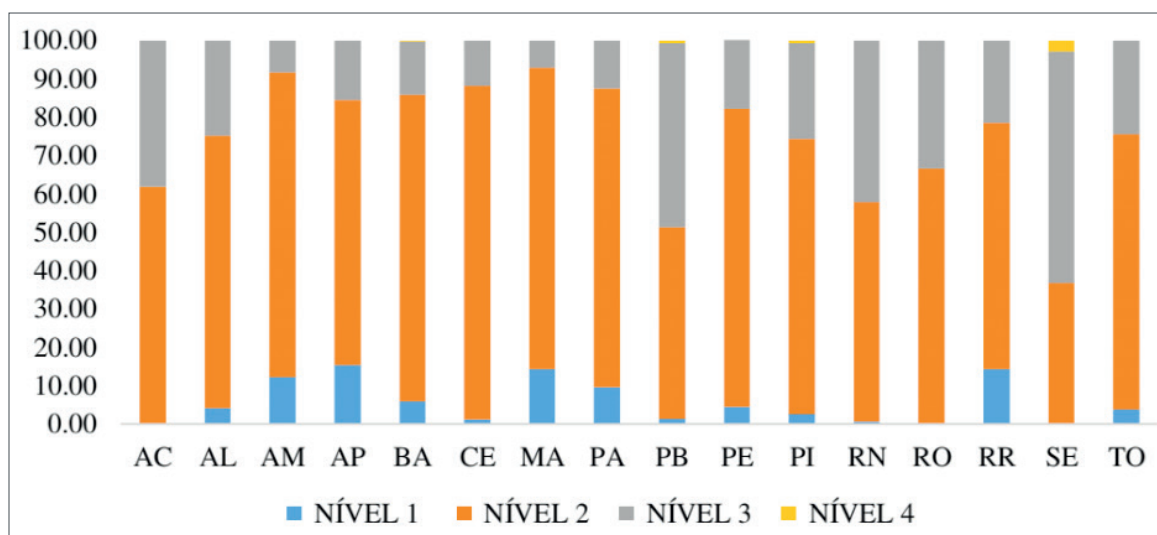


Gráfico 3 – Percentual dos casos em NCQ por estado das regiões Norte e Nordeste – 2013
 Fonte: Silva (2017).

Em todos os conjuntos de redes municipais por estado, com exceção do Sergipe, tem mais de 50% das suas redes municipais nos níveis 1 e 2 de CQ. Amazonas,

Amapá, Bahia, Ceará, Maranhão, Pará, Pernambuco, Roraima, Tocantins e Alagoas apresentaram um percentual de mais de 70% nesses níveis. O gráfico abaixo trabalha com o NCQ nas redes municipais agregadas por estado nas demais macrorregiões, evidenciando cenário totalmente oposto.

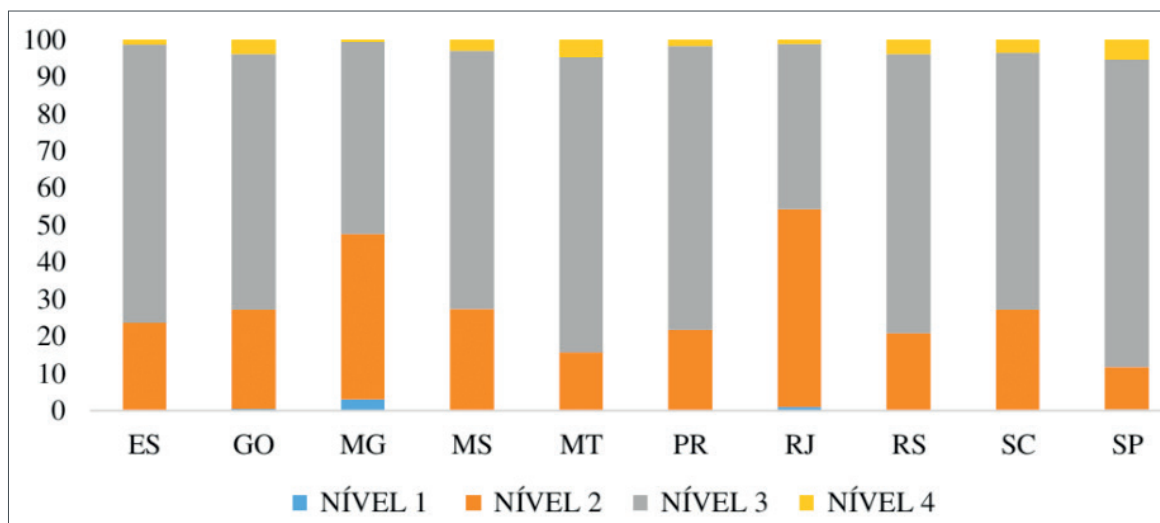


Gráfico 4 – Percentual dos casos em NCQ por estado das regiões Centro Oeste, Sudeste e Sul – 2013

Fonte: Silva (2017).

De forma oposta ao gráfico anterior, o cenário das redes municipais das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste evidencia a concentração das mesmas em boas condições de qualidade. Com exceção do Rio de Janeiro e de Minas Gerais, os demais estados concentram suas redes municipais em pelo menos 72% nos níveis Bom ou Ótimo. A peculiaridade do estado mineiro, já enfatizada em outras análises, indica que uma parte do seu território tem condições de oferta inferiores ao restante do estado. As redes municipais do Rio de Janeiro apresentam ICQ próximos dos estados da Paraíba e Rio Grande do Norte, explicadas em grande parte pelo baixo ICP.

Evidenciada a desigualdade nas condições de qualidade, a próxima seção trabalha com um estudo quantitativo em busca de similaridades em resultados próximos de ICQ, investigando se os mesmos traduziriam mesmas CQ.

5 | SIMILARIDADES DE RESULTADOS DO ICQ COM BASE NO NÍVEL DE CONDIÇÕES DE QUALIDADE

O desvio padrão é uma medida de dispersão que indica qual o erro entre a substituição do resultado apresentado e sua substituição pela média do mesmo. Em outras palavras, analisar essa medida para um determinado grupo de resultados numéricos é avaliar o quanto que o grupo de casos se dispersam da média. Nesse sentido, a análise desse desvio possibilita levantar indícios, com base nos resultados

por variáveis e dentro de cada NCQ, do sentido do resultado do ICQ. Ou seja, o objetivo desse estudo foi achar possíveis significados para, hipoteticamente, em um caso de rede municipal com ICQ = 0,6 e outro ICQ = 0,75, levantar-se similaridades sem maior aprofundamento, sobre qual a tradução desse número em termos de condições de qualidade. Mais que isso, a pergunta a ser respondida aqui é: dois municípios de ICQ iguais traduzem as mesmas condições de qualidade?

Para tal, a metodologia de análise consistiu no estudo do desvio padrão da média das variáveis por NCQ. Para cada um dos quatro intervalos categorizados, analisou-se cada variável dos indicadores parciais. Como opção de análise, um desvio padrão menor do que 15% da média foi considerado uma medida de dispersão pequena e, conseqüentemente, apontando indícios que, a variável com esse perfil teria no referido nível, grande probabilidade de apresentar condições de qualidade avaliadas naquele indicador similares a todos os casos do nível analisado. O quadro abaixo resume as observações da pesquisa.

NCQ	Intervalo numérico	Observações possíveis
Nível Ruim	ICQ até 0,4332	Redes municipais que pagam salários baixos, entre R\$ 1.300,00 e R\$ 2.000,00 e a escolaridade das professoras se resume a Ensino Superior Incompleto ou Ensino Médio.
Nível Regular	ICQ entre 0,4332 e 0,6102, inclusive	Professoras e diretoras tem salários entre R\$ 1.700,00 e R\$ 3.500,00 e, no caso das docentes, Ensino Superior Completo.
Nível Bom	ICQ entre 0,6102 e 0,7872, inclusive	Professoras com formação em Ensino Superior e, com grande quantidade de docentes especialistas, com contratos de trabalho por concurso ou vinculadas por CLT. Os salários variam entre R\$ 3.000,00 e R\$ 4.000,00. As escolas reúnem condições razoáveis de conservação das instalações físicas e tem equipamentos eletrônicos em suas escolas.
Nível Ótimo	ICQ acima de 0,7872	Professoras com salários entre R\$ 5.000,00 e R\$ 6.000,00, especialistas, experientes e em boa parte concursadas. As condições materiais das escolas são boas, conservadas, com salas de aula ventiladas, iluminadas e equipadas com computadores, internet e demais equipamentos eletrônicos.

Quadro 2 – Síntese das observações acerca de resultados similares por NCQ

Fonte: Silva (2017).

O cenário desenhado é de maiores similaridades em níveis de maior quantitativo de ICQ. Em todos os níveis, as variáveis de gestão democrática tiveram grande variação. Ademais, nos níveis 1 e 2 são poucas afirmações de tendência de condições de qualidades similares entre as redes municipais, cenário oposto aos níveis 3 e 4, onde as condições do professor e materiais da escola tem maior aproximação, dentro de cada NCQ. Outras observações na pesquisa foram trabalhadas, que são resumidas brevemente na seção posterior.

6 | OUTRAS OBSERVAÇÕES DA PESQUISA

Para contextualização de outros resultados da pesquisa, foram trabalhadas correlações de Pearson dos resultados do ICQ com as proficiências em Língua Portuguesa e Matemática da edição de 2013, o mesmo processo estatístico para o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal de 2010, dos resultados do Ideb e taxas de aprovação dos anos finais, também de 2013, assim como a análise de algumas hipóteses elencadas na introdução da pesquisa, o confronto do conceito de educação com qualidade social e os resultados apresentados no trabalho, uma análise sumária de desigualdades intraestaduais em cada dimensão do ICQ e um subcapítulo elencando possibilidades de pesquisa a partir dos resultados de Silva (2017), trabalhada nesse texto.

Destacou-se que, ainda que dentro de cada estado os resultados de ICQ são bastante homogêneos, as dimensões do ICME e ICG são mais variáveis, corroborando com os dados de desvio padrão apresentados no decorrer da pesquisa. Maiores médias de proficiências, Ideb e taxas de aprovação estão nos conjuntos de redes municipais de maior nível de NCQ, assim como maiores IDHM. As hipóteses de se encontrar desigualdade de CQ e grande variação das variáveis de gestão democrática se confirmaram. Entretanto, o comparativo de salários de professoras e diretoras indicou para a terceira hipótese, disparidade entre salários de professores/as e diretores/as, uma confirmação parcial, haja vista que, somente para as 80 redes municipais de NCQ Ótimo este cenário foi confirmado, com uma média salarial maior para os docentes.

7 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho consistiu em responder a seguinte pergunta: Quais as condições de qualidade das redes municipais de ensino que ofertam os anos iniciais do Ensino Fundamental no país? O recorte desse estudo se deu à medida que, eventualmente, existam escolas municipais que possam ofertar somente os anos finais do EF, assim como, em casos esporádicos, somente o Ensino Médio. O quadro resumo a seguir apresenta os resultados observados e as conclusões em cada dimensão do ICQ e do emprego do NCQ.

Indicadores	Observações e Conclusões
Índice de Condições de Qualidade	O panorama é de desigualdade no país. As redes municipais das Regiões Norte e Nordeste tendem a apresentar menores condições de qualidade, confirmação de uma das hipóteses de Silva (2017). Todavia, em estado existe uma certa homogeneidade, evidenciando a relação de localidade entre bons e maus resultados de ICQ.
Índice de Condições do Professor	Existe uma disparidade em termos salariais no país. Nas demais variáveis, há maior dispersão, mas sem tanto impacto numérico no ICP. As evidências são de melhores condições do professor nas Regiões Sul, Sudeste e Centro Oeste. Destaca-se o caso do Sergipe, com o Indicador de Salário por 40 horas elevado, além das demais variáveis do ICP, mas com as demais condições de qualidade normalmente abaixo da média nacional. Todavia, dentro de cada estado existe, apesar de algumas dispersões, um cenário de homogeneidade, com pouca variação nas condições do professor.
Índice de Condições de Gestão	É o indicador de maior disparidade. Não segue um padrão regional de desigualdade, assim como o ICP e o ICME. Os salários de diretores/as das redes municipais dos estados do Centro Oeste, alguns do Sudeste e Nordeste do país, além do Acre são maiores, entretanto, os indicadores de gestão democrática indicam que, em todas as macrorregiões do país, existem maiores e menores índices, o que indicam que cada grupo de redes municipais por estado segue uma concepção de gestão democrática. Isso não é regional. A análise de distribuição e dispersão dos resultados por estado corroboram com as indicações supracitadas.
Índice de Condições Materiais da Escola	As condições materiais são diferenciadas em cada região do país. Em termos de modernização através do acesso a computadores, internet e equipamentos eletrônicos, não há um destaque que se sobressaia às demais variáveis do indicador. Entretanto, os resultados indicam para a necessidade de pensar políticas educacionais que priorizem as condições materiais das escolas de alguns estados do Norte e Nordeste do país, em particular pela variação de condições de iluminação e ventilação, além da modernização citada anteriormente. O ICME segue um padrão de desigualdade que se relaciona com a posição geográfica da rede municipal. Todavia, dentro de cada estado a homogeneidade não segue o padrão do ICQ, indicando que, apesar de alguns estados terem um padrão de homogeneidade, existem dispersões positivas e negativas do ICME dentro dos estados do país.
Nível de Condições de Qualidade	Reafirma o padrão de desigualdade nas condições de qualidade construída historicamente. Níveis menores de condições de qualidade são dominados pelas redes municipais dos estados da Região Norte e Nordeste. Além disso, evidenciou-se, com base no IDHM, que redes municipais com menores ICQs tendem a estar localizadas em regiões com menores IDHM, caracterizando que as condições socioeconômicas da localidade da rede municipal de ensino têm relação com baixas (ou altas) condições de qualidade. Além disso, o Ideb, assim como as proficiências da Prova Brasil e as taxas de aprovação dos anos iniciais, ambos de 2013, são menores em intervalos de NCQ inferiores.

Quadro 3 – Síntese do panorama das condições de qualidade dos anos iniciais do Ensino Fundamental das redes municipais do Brasil - 2013

Fonte: Silva (2017).

As conclusões desse trabalho evidenciaram a desigualdade construída historicamente e o alerta, já trabalhado em outras pesquisas, de que comparações e ranqueamento de sistemas/redes de ensino são ações que depõem contra a escola pública, mais precisamente pela descontextualização de condições de oferta e financiamento adequado. A busca por igualdade de oportunidades com equidade, conforme preceitua a atual LDB, deveria ser, dentro da responsabilidade de cada ente federativo, a maior preocupação da gestão da educação, e não a busca de resultados de avaliação que, constantemente, tem maior peso político.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. I. de. Docentes para uma educação de qualidade: uma questão de desenvolvimento profissional. **Educar**, Curitiba, n. 24, Editora UFPR, p. 165-176, 2004.

ALVES, A. V. V. Atuação de Conselhos Escolares em redes municipais destaques no Ideb. In: **XXV Simpósio Brasileiro II Congresso Ibero-americano de Política e Administração da Educação Jubileu de ouro da ANPAE (1961-2011)**, São Paulo, Cadernos ANPAE, 2011.

BEZERRA, A. A. Modalidade de provimento do dirigente escolar: mais um desafio para as políticas da educação municipal. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Brasília, v. 90, n. 224, p. 59-70, jan./abr. 2009.

BRASIL. Lei n. 11.738, de 16 de julho de 2008. Regulamenta a alínea “e” do inciso III do **caput** do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica. 2008. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 17 jul. 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11738.htm>. Acesso em 23/12/2016.

BRASIL. Lei nº 13.005 de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. 2014. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 26 jun. 2014. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm>. Acesso em 15/10/2015.

CARISSIMI, A. C. V. **Perfil profissional e condições de trabalho docente: um estudo sobre os professores dos anos iniciais da RME de Curitiba**. 149 p. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011.

DOURADO, L. F. A escolha de dirigentes escolares: políticas e gestão da educação no Brasil. In: FERREIRA, N. (org). **Gestão democrática da educação**: atuais tendências, novos desafios. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

DOURADO, L. F.; NAVARRO, I. P.; WITTMAN, L. C.; AGUIAR, M. A. S.; GRACINDO, R. V. **Conselho escolar e financiamento da educação no Brasil**. MEC/SEB. Brasília, 2006.

DOURADO, L. F.; OLIVEIRA, J. F. A qualidade da educação: perspectivas e desafios. **Cadernos Cedes**, Campinas, v. 29, n. 78, p. 201 – 215, maio/ago. 2009.

DOURADO, L. F.; OLIVEIRA, J.F.; SANTOS, C.A. A qualidade da educação: conceitos e definições. **Série documental: textos para discussão**. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, n. 24, Brasília, 2007.

GOUVEIA, A. B.; SOUZA, A. R.; SCHNEIDER, G. Índice de Condições de Qualidade educacional: metodologia e indícios. **Estudos em Avaliação Educacional**. São Paulo, v. 22, n.48, jan/abril de

2011.

LIMA, V. M. M. A complexidade da docência nos anos iniciais na escola pública. Nuances: **Estudos sobre Educação**, Presidente Prudente, SP, v. 22, n. 23, p. 148-166, maio/ago. 2012.

MENDONÇA, E.F. **A regra e o jogo: democracia e patrimonialismo na educação brasileira**. 329 p. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação de Campinas. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.

MOREIRA, F. A.; SILVA, M. V. Trabalho docente na esfera pública: controvérsias e vicissitudes sob a ótica dos sujeitos da educação. **Revista Eletrônica Política e Gestão Educacional**. Universidade Estadual Paulista, n. 10. Araraquara, p. 1 – 20, jan./jun. 2011.

SCHNEIDER, G. **As ações do governo federal no âmbito das condições materiais e estruturais da escola: Uma problematização a partir do conceito de justiça social**. 250 p. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.

SCHNEIDER, G. **Política educacional e instrumentos de avaliação: pensando o Índice de Condições Materiais da Escola**. 250 p. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.

SILVA, M. A. Qualidade social da educação pública: algumas aproximações. **Cadernos Cedex**, Campinas vol. 29, n. 78, p. 216-226, maio/ago. 2009.

SILVA, M. Q. **Condições de qualidade das redes municipais de Ensino Fundamental no Brasil**. 227 f. Dissertação (Mestrado em Educação) Programa de Pós-Graduação em Educação. Área de Concentração: Políticas Educacionais. Setor de Educação. Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2017.

SILVA, V. G. da. Projeto pedagógico e qualidade do ensino público: algumas categorias de análise. **Cadernos de pesquisa**, v.42, n.145, p.204-225 jan./abr. 2012.

SOUZA, A. R. Explorando e construindo um conceito de gestão democrática. **Educação em Revista**. Belo Horizonte, v.25, n.03, p.123-140, dez. 2009.

SOUZA, A. R. **Perfil da Gestão da Escola no Brasil**. São Paulo: PUC, 2007. 302 f. Tese (Doutorado em educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação: História, Política e Sociedade. Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2007.

SOUZA, A. R.; GOUVEIA, A. B.; SILVA, M. R.; SCHWENDLER, S. F. Gestão democrática da escola pública. IN: SOUZA, A. R. (org.) *Coleção Gestão e Avaliação da Escola Pública*. 68p. Universidade Federal do Paraná, Pró-Reitoria de Graduação e Ensino Profissionalizante, Centro Interdisciplinar de Formação Continuada de Professores; Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica. Curitiba: Ed. Da UFPR, 2005.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-85107-96-3



9 788585 107963